



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras: implementação da lei 10.639/03 nas escolas de Campos dos Goytacazes e perspectivas para a educação das relações étnico-raciais

Orientadora: Erika Bastos Arantes

Bolsista: Samara de Miranda Argolo

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2018



O Relatório deverá conter os seguintes aspectos:

- a) Resumo do plano inicial, informando sobre o que foi realizado no prazo de vigência da bolsa;
- b) Dificuldades surgidas;
- c) Resultados finais obtidos;
- d) Se cumpriu integralmente os objetivos do projeto no prazo de vigência da bolsa;
- e) O que se pretende realizar daí por diante (Obs.: apenas para projetos de renovação).

O projeto “Ensino de História da África e das culturas Afro-brasileiras: implementação da lei 10.639/03 nas escolas de Campos dos Goytacazes e perspectivas para a educação das relações étnico-raciais.”, aprovado em agosto de 2018, teve como objetivo analisar a aplicabilidade da referida lei nas escolas públicas do município através do contato com professores das áreas de história, geografia, artes, língua portuguesa/literatura. Antes de diagnosticarmos o cumprimento da lei 10.639/03, partimos do pressuposto de que a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira não se trata apenas de uma inclusão de conteúdo cuja mudança seja apenas curricular, sua intencionalidade abrange também discussões sobre uma inclusão cultural sobre a história e aceitação dos negros dentro do ambiente escolar por meio do respeito, da tolerância e do conhecimento. O perfil das escolas públicas brasileiras é bastante diverso, por esse motivo, torna-se necessário discutir de que forma essa diversidade é entendida e trabalhada nas escolas, por isso elaboramos duas formas de estabelecer um contato direto com as mesmas a fim de conhecer melhor o perfil e realidade de cada uma, através de um questionário e de entrevistas individuais ambos respondidos pelos professores das áreas citadas acima. A partir dos dados obtidos pudemos chegar a uma reflexão sobre a eficiência e aplicabilidade da lei 15 anos após sua implementação.

O questionário e as entrevistas cumprem, respectivamente, o papel quantitativo e qualitativo da pesquisa. O questionário foi realizado na plataforma online do google, facilitando o acesso e o compartilhamento do mesmo entre os professores através de um link

que direciona à página do questionário, que possui 53 perguntas divididas em 4 blocos: Perfil Básico do Entrevistado, que contém algumas perguntas sobre área que o professor atua e região onde leciona; o segundo bloco é sobre os “Tópicos Gerais”, contendo perguntas sobre o conhecimento do(a) professor(a) sobre a lei 10639/03, se existe o conteúdo de História da África na escola em que ele(a) atua, se o(a) professor(a) teve História da África durante sua formação profissional ou participou de algum curso de formação sobre concedido pela escola ou Prefeitura; o terceiro bloco, denominado Questão Racismo, contém perguntas sobre o debate do racismo na escola, se os (as) professores(as) já passaram por algum caso de racismo no cotidiano escolar, e se a lei 10.639/03 e o conteúdo de História da África auxiliam de alguma no combate ao racismo; o último bloco, “Experiências como Professor” indagamos ao(a) professor(a) de que forma História da África, caso seja, é aplicada no ensino escolar, se existe um trabalho contínuo acerca do conteúdo ou se aparece de maneira mais pontual, se existem materiais didáticos que auxiliem a prática educativa disponíveis aos alunos.

No que se refere a parte da entrevista, 20 perguntas foram elaboradas para que os professores pudessem responder mais detalhadamente sobre as questões abordadas no questionário, pois, embora os dados sejam importantes para dar legitimidade a pesquisa, seu caráter teórico é importante por considerarmos a subjetividade e experiência dos professores a partir de sua relação construída com os alunos dentro de sala de aula, bem como suas percepções sobre como as relações étnico-raciais ocorrem cotidianamente. A realização das entrevistas requeria uma autorização para a entrada nas escolas, então, a então bolsista Lia Keller junto com a orientadora Erika Arantes entraram em contato com a secretaria de educação para dar prosseguimento à pesquisa, entretanto, uma das dificuldades encontradas foi a indisponibilidade de tempo dos professores para responderem as perguntas. De acordo com as informações do relatório parcial dessa pesquisa, realizado em fevereiro, apenas 3 professores haviam se voluntariado para serem entrevistados, o que é totalmente compreensível visto que a rotina de muitos professores municipais é uma jornada dupla em duas ou mais escolas. Por esse motivo, não conseguimos um número significativo de entrevistas, o que nos levou a adotar apenas o questionário online como principal metodologia para coleta de dados.

Em março desse ano houve a troca de bolsistas, dessa forma, minha atuação na pesquisa se inicia no mesmo período em que o desenvolvimento do projeto estava sendo

reavaliado com a proposta de uma nova abordagem metodológica devido à falta de contato e de comunicação entre as instituições, as escolas e os professores e, conseqüentemente, a dificuldade de um retorno de informações úteis para a pesquisa. No dia 19/03/19 foi realizada uma reunião na secretaria de educação com os coordenadores de áreas das escolas, as bolsistas do projeto e com o Diogo, representante da SUPIR que se colocou à disposição para fazer a ponte entre nós e a secretaria de educação, além de nos auxiliar durante a execução da pesquisa. Ficou acordado que as coordenadoras ficariam responsáveis por divulgar os questionários para as escolas e nos mandar uma lista com o número total de escolas municipais que atendem ao segmento do ensino fundamental 2 e telefone para contato dos diretores, vice-diretores e pedagogos das escolas. Assim, entramos em contato com todas as escolas listadas e conversamos com os representantes de cada escola informando sobre o intuito e objetivos da bolsa e solicitando o e-mail da escola ou forma de contato para que pudessemos enviar um anexo com as informações necessárias sobre a realização da pesquisa e o link online do questionário para que fosse repassado e respondido pelos professores.

Como já foi dito, o questionário se tornou o principal método e norteador da pesquisa, o qual pudemos analisar algumas respostas que são pertinentes para a nossa reflexão acerca da aplicabilidade da lei nas escolas, conforme veremos a seguir. Segundo os dados do relatório parcial da pesquisa, o número de respostas era de 14 professores no total. Atualmente, esse número subiu para 22 professores, que trabalham nas regiões do interior, Centro, Esplanada, Travessão, Farol, Boa Vista, Pq. Guarus, Balança Rangel e Baixa Grande. Como podemos notar, o número de escolas que os professores lecionam são bem distribuídas, não se concentrando apenas nas escolas de área central. Essa distribuição das regiões possibilita uma conclusão que se baseie tanto nas escolas das regiões centrais, quanto as escolas do interior, que possuem contextos e realidades distintas e merecem ter suas especificidades identificadas. Infelizmente, tal identificação só seria possível através das entrevistas, que acabou sendo deixada para segundo plano devido aos diversos

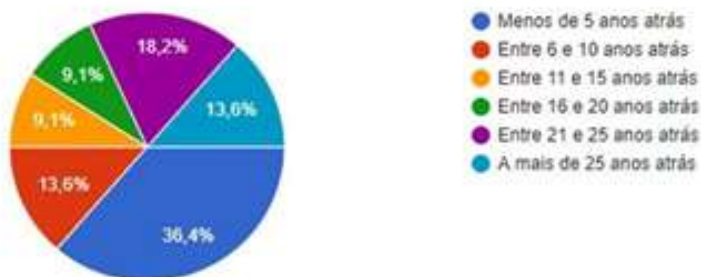
obstáculos encontrados. No entanto, as informações obtidas no questionário foram bastante positivas para a elaboração de resoluções para as possíveis dificuldades e desafios sobre a aplicação da lei 10.639/03. Vejamos os resultados obtidos:

No primeiro bloco, 36,4% dos professores responderam que se formaram a menos de 5 anos atrás. Entendendo que a obrigatoriedade de disciplinas obrigatórias da história da

África nos cursos de ensino superior é uma conquista recente, pudemos analisar qual foi o tipo de formação que esses professores tiveram, e especialmente no caso dos professores mais recentes (a maioria nesse caso), se os mesmos tiveram a orientação necessária para trabalhar a lei 10.639/03 nas salas de aula.

PBE 6: Há quanto tempo você se graduou?

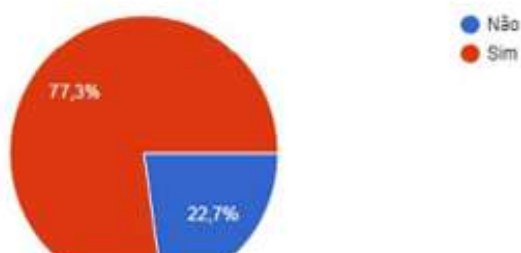
22 respostas



Já no segundo bloco, 77,3% conhecem a referida lei, e 59,1% afirmam que estudaram sobre a história da África, dos africanos e história afro-brasileira durante a sua graduação.

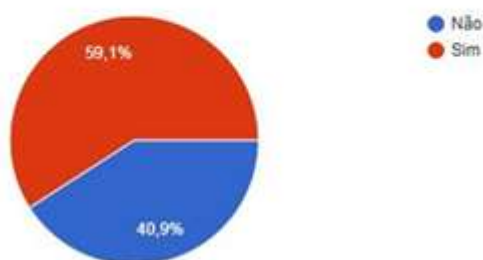
TG 11: Você conheceu a lei 10.639/03?

22 respostas



TG 28: Você estudou História da África, dos africanos e História Afro-brasileira durante a sua graduação?

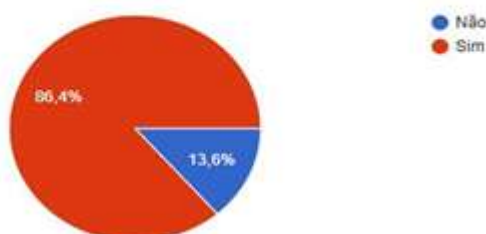
22 respostas



Ainda no segundo bloco, 13% dos professores responderam que a lei 10.639/03 não é aplicada nas escolas em que dão aula. Embora seja um número pequeno, é importante nos questionarmos por qual motivo a referida lei não entra em vigor, tendo em mente que em muitos casos, a falta de investimento em políticas públicas afeta a realidade de muitas escolas, que normalmente incluem em seu calendário o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra, realizando projetos e atividades que promovam o conhecimento, respeito a diversidade e conscientização, em cumprimento da lei 10.639/03. A ausência de debates sobre as relações étnico-raciais e suas consequências, como por exemplo o racismo, pode prejudicar a trajetória escolar de muitos alunos negros que frequentam tais escolas.

TG 15: A lei 10.639/03 é aplicada na escola em que você atua?

22 respostas

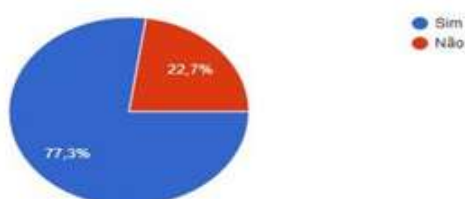


Sobre a avaliação dos professores sobre a aplicação da lei, 45,5% a consideram regular. Analisar as respostas do questionário causou mais perguntas do que respostas, pois, por quais motivos a maioria dos professores considera a lei regular? O que precisaria ser feito para mudarmos esse cenário nas escolas municipais de Campos? Talvez, um dos motivos de nossa

dificuldade em obtermos maior retorno de respostas seja por causa do medo dos educadores e professores de serem julgados ou punidos caso haja descumprimento da lei. Entretanto, deixamos claro desde o início que nossa intenção era de apenas nos adentrarmos na realidade das escolas para que pudéssemos elaborar meios de mudar essa situação na prática. Incluir a lei 10.639/03 é muito mais do que estar na legalidade, é de tentar resolver e conscientizar sobre o racismo, que ocorre frequentemente nas escolas. Sobre esse dado, podemos confirmar no último bloco de perguntas, em que os professores responderam sobre questões relacionadas ao racismo nas escolas em que atuam.

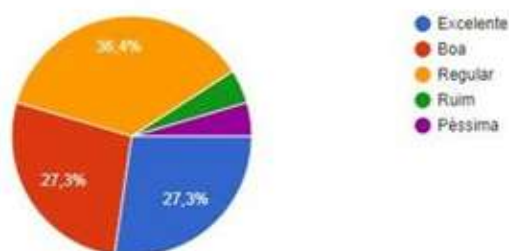
BQR 43: Você percebe racismo no cotidiano escolar? (Ex: uso de características raciais como ofensa, exclusão de professores ou alunos, inferiorização intelectual de pessoas negras, menosprezo pela cultura africana ou afro-brasileira etc)

22 respostas



BQR 40: Como você avalia a inclusão do debate sobre racismo no ensino escolar?

22 respostas



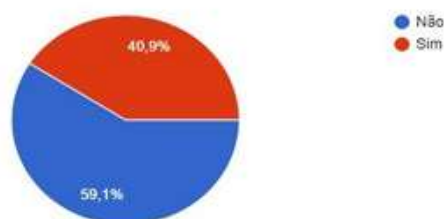
Como podemos observar, 77,3% percebe racismo no cotidiano escolar, e 36,4% avalia a inclusão do debate do racismo no ensino escolar como regular. Se a maioria das escolas aplicam a lei 10.639/03, através desses resultados podemos constatar que ainda existe um

grande desafio para a conscientização sobre o racismo de forma prática e eficaz. A referida lei tem como objetivo trabalhar a história dos negros e negras de forma consciente para combater o mito da democracia racial e promover a valorização e conhecimento da cultura dos negros sem estereotipar ou inferiorizar a cultura africana e afro-brasileira diante da cultura europeia. Garantir que os alunos saibam sobre sua história é, de certa forma, prepará-los para obterem um olhar crítico para lidar com uma sociedade que tem como estrutura o racismo, além de reparar os séculos de submissão cultural e política a qual os negros foram sujeitos buscando a reafirmação de sua identidade e cultura em seus aspectos positivos, recuperando a autoestima dos jovens negros que são atingidos pelos estigmas sociais.¹

Para que os debates sobre o racismo sejam incluídos de maneira mais eficaz, é necessário a preparação e orientação dos profissionais que precisam lidar diariamente com as situações. Quando perguntados se os professores já haviam participado de algum curso de atualização ou especialização sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, 51,9% afirma que não realizaram nenhum tipo de curso sobre a temática.

TG 31: Você já participou de algum curso de atualização ou especialização em História da África, dos africanos e História Afro-brasileira?

22 respostas



¹ No estudos da sociologia, o conceito de estigma social está relacionado com as características particulares de um grupo ou indivíduo que seguem o oposto das normas culturais tradicionais de uma sociedade. Acesso em: <https://www.significados.com.br/estigma/>

O questionário foi bastante conclusivo no sentido de que a lei é aplicada na maioria dos casos, mas que existem desafios para sua execução. Por isso, chegamos a conclusão de que é fundamental elaborarmos uma pesquisa que tenha como objetivo subsidiar políticas públicas nas redes de ensino municipal. A partir dos resultados, elaboramos um método de amostragem com a ajuda do Diogo (SUPIR), a fim de criarmos um grau de confiabilidade nos dados obtidos pelo questionário e assim termos uma porcentagem que consiga mapear quais são as dificuldades e demandas do município em parceria com a Superintendência de Igualdade Racial. O método de amostragem nos ajuda a definir a partir de quantas respostas seria consideradas o número ideal de confirmação das mesmas. O número total de escolas municipais é a de 41, o total de professores é de 342. Na tabela a seguir consta o número total de professores por área, e embaixo consta o número de professores que precisam responder para dar legitimidade à pesquisa:

Nº de Escolas	Artes	História	Geografia	Português/Literatura	Total Absoluto
41					
Total/Área:	52	89	83	119	342
Mínimo Amostral:	46	73	69	92	280

Apenas 22 professores responderam o questionário, e infelizmente não alcançamos o resultado esperado devido as diversas complicações e mudanças de metodologias que ocorreram no início de abril e atrasaram os resultados da pesquisa. Caso ao projeto tivesse sido renovado, nossa intenção era a de buscar atender a essa quantidade de professores para buscarmos soluções práticas. Como conclusão dessa pesquisa temos a reflexão teórica sobre a temática, que nos permitiu perceber que a implementação da lei por si só não basta. É necessário analisar seu grau de aplicabilidade e eficiência para que esta cumpra seus objetivos e demandas que envolvam toda a comunidade escolar. Por esse motivo, essa pesquisa surgiu como importante meio de investigação e estudo para pensarmos na promoção de cursos de formação continuada aos profissionais da educação para garantir que a lei seja aplicada, cumprida e ampliada.

Assim, o objetivo da pesquisa foi além de uma checagem acerca de como a lei 10.639/03 vem sendo aplicada, incluímos como meta a coleta de dados estatísticos com o intuito de fazer diagnósticos para melhorar a educação básica da cidade de Campos dos Goytacazes com a implementação de soluções que resolvam quaisquer dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área. Portanto, a importância de um diálogo entre as instituições acadêmica, municipal e escolar se fundamenta na possibilidade transformadora de medidas e ações que sirva como modelo de pesquisa e aplicabilidade que atenda a todos e seja coerente com a realidade social em que vivemos.